

Erradicar a pobreza extrema e a fome

Para a Declaração dos Direitos Humanos “toda pessoa tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis...”. Embora a pobreza seja um conceito amplo que deve ser analisado de forma multidimensional, na prática, em muitos países, a pobreza é determinada pela renda mínima necessária para cobrir os custos das necessidades básicas, especialmente alimentação. Estima-se que quase 1 bilhão de pessoas vivam atualmente em condições de pobreza extrema e fome no mundo (ONU, 2010a). Isso representa uma redução de 50% desde 1990. No Brasil, a pobreza extrema caiu nos últimos anos. Segundo o governo federal, a população vivendo abaixo da linha de pobreza internacional (1 dólar/dia) caiu de 25% da população, em 1990, para 5% em 2008 (Brasil, 2010a).⁹ Entretanto, os indicadores nacionais encobrem as desigualdades entre regiões e entre grupos da sociedade (ver Quadro 3).

Na Amazônia, o conceito de pobreza deve ser compreendido de diferentes formas

para poder refletir a sua imensa diversidade cultural. Para cerca de 20% da população das áreas rurais, entre elas, as populações tradicionais e indígenas, que obtêm sua subsistência da floresta e dos rios por meio do extrativismo (frutos, pesca ou caça), os fatores culturais, geográficos e ambientais são determinantes na avaliação da pobreza e do bem-estar. Afinal, o bem-estar dessas populações depende não apenas da renda, mas também da abundância e do acesso aos recursos naturais e de sua capacidade e condições para manejá-los (ver seção especial sobre povos indígenas). No entanto, 80% da população na região é urbana e depende de emprego e renda para viver.

Por isso, para avaliar o ODM 1 utilizamos os seguintes indicadores: (i) percentual da população vivendo em condição de pobreza e pobreza extrema; (ii) condições de emprego (persistência do trabalho em condições análogas à de escravo, trabalho infantil e informalidade); e (iii) suficiência alimentar nos domicílios. Uma avaliação mais ampla da pobreza exigiria abarcar indicadores que ainda não estão disponíveis para a região (ver Quadro 4).

➔ POBREZA PERSISTE NA AMAZÔNIA

A pobreza ainda afeta 42% da população amazônica. Mais de 10 milhões de pessoas viviam com menos de meio salário mínimo por mês em 2009.¹⁰ A média brasileira era de 29% da população abaixo da linha de pobreza para o mesmo ano. A população vivendo em condições de pobreza teve uma modesta redução nos últimos anos na Amazônia (Figura 4). Em 2009, 17% da população da região vivia com

renda inferior a um quarto do salário mínimo (pobreza extrema) e 25% possuía renda entre um quarto e meio salário mínimo (pobreza). Entre os Estados (Figura 5), o Maranhão apresentava a população mais pobre da região, com 53% da população abaixo da linha de pobreza, enquanto o Mato Grosso apresentava o melhor resultado: 24% da população abaixo da linha de pobreza.

A primeira meta do ODM 1 prevê *reduzir pela metade, entre 1990 e 2015, a proporção da população vivendo em condição de pobreza extrema*.¹¹ Entre 1990 e 2009 (Figura 6), a pobreza extrema (população com renda inferior a um quarto do salário mínimo) diminuiu de 23% para 17% na Amazônia, mas ainda falta reduzir 7 pontos percentuais para atingir a meta brasileira para 2015 (10%). Entre os Estados, a pobreza extrema aumentou no Amazonas e no Amapá, manteve-se em Rondônia e diminuiu nos demais. Nesse período,

a pobreza extrema no Brasil foi reduzida de 20% para 11%.¹²

Entre as políticas públicas governamentais para o combate da pobreza e erradicação da fome no Brasil está o Programa Bolsa Família (criado pela Lei nº 10.836 de 2004), que permite transferência direta de renda. Segundo o MDS (2010), em dezembro de 2008, 1,9 milhão de famílias da Amazônia foram beneficiadas pelo Programa Bolsa Família com 181 milhões de reais. Isso representou 18% de todos os beneficiados do Brasil.

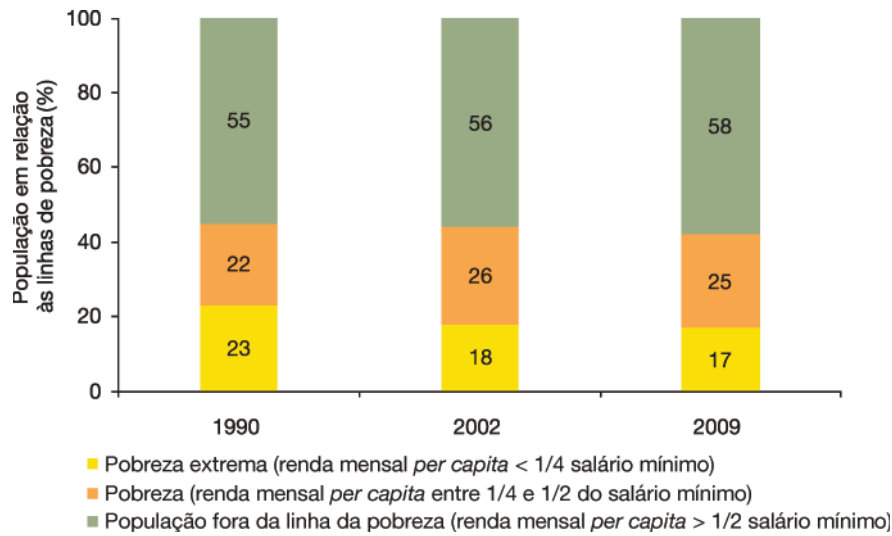


Figura 4. Percentual da população vivendo em condição de pobreza e pobreza extrema na Amazônia em 1990, 2002 e 2009 (Ipea, 2010b e IBGE, 2010c).

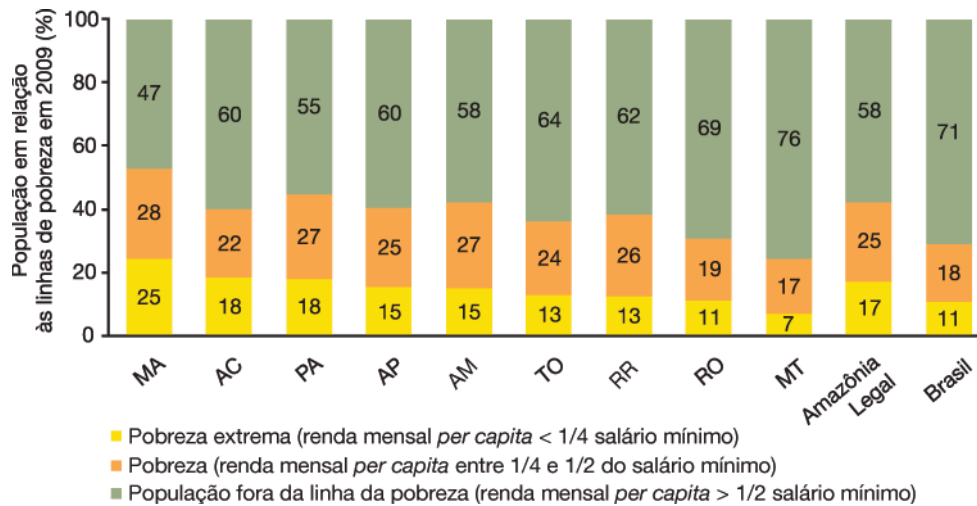


Figura 5. Percentual da população vivendo em condição de pobreza e pobreza extrema nos Estados da Amazônia em 2009 (IBGE, 2010c).

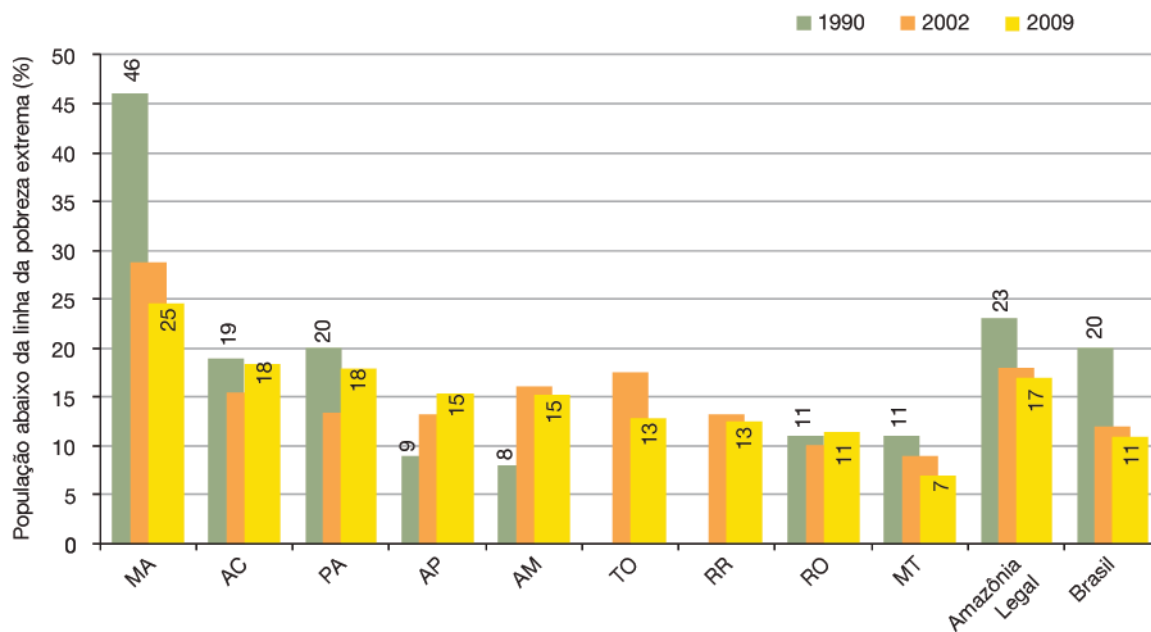


Figura 6. Percentual da população vivendo em condição de pobreza extrema nos Estados da Amazônia em 1990, 2002 e 2009 (Ipea, 2010b e IBGE, 2010c).

➤ MÁ CONDIÇÃO DE TRABALHO PERSISTE

A meta 2 prevê *garantir emprego pleno e produtivo e boas condições de trabalho para todos, inclusive mulheres e jovens*. Infelizmente, na Amazônia, ainda persistem problemas sérios como o trabalho infantil e o trabalho em condições análogas à de escravo. Além disso, a informalidade manteve-se alta nos últimos anos.

Embora a taxa de trabalho infantil tenha diminuído nos últimos anos (Figura 7), ainda há 14% das crianças entre 10 e 15 anos trabalhando na região, ou seja, cerca de 510 mil crianças. Maranhão e Acre possuem a maior taxa de trabalho infantil entre os Estados da região, respectivamente 22% e 20%; enquanto o Amapá apresenta a taxa mais baixa (7%).

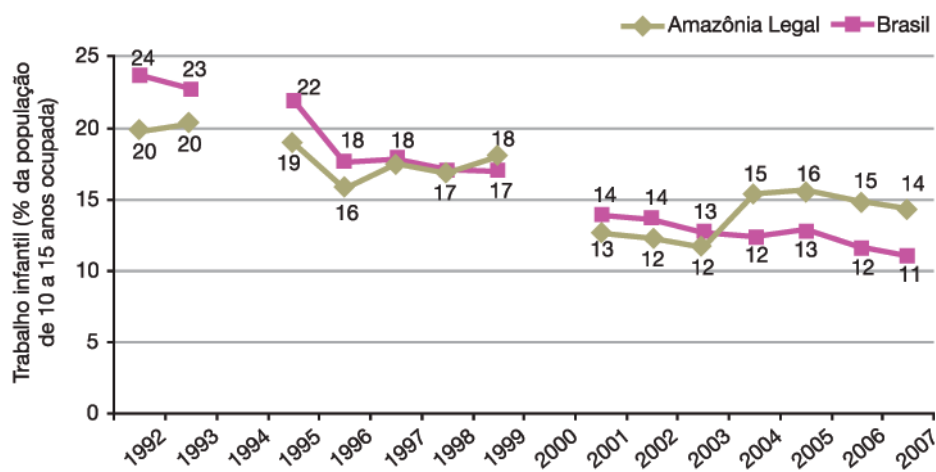


Figura 7. Trabalho infantil (percentual da população de 10 a 15 anos ocupada) na Amazônia entre 1992 e 2007 (IBGE via MS 2010a). Dados de 1994 e 2000 indisponíveis.

Entre 2003 e 2009 foram registrados 1.422 casos de trabalho em condições análogas à de escravo na Amazônia (Figura 8). Isso representa 80% de todos os casos registrados no Brasil. Durante esses anos, mais de 15 mil pessoas foram libertadas da condição de trabalho forçado na região. Somente em 2009 foram registrados 140 casos de trabalho escravo na Amazônia: 60% deles no Pará, 21% no Maranhão e 16% no Mato Grosso. Embora o número de casos tenha diminuído nos últimos anos, a persistência dessa prática ilegal

que infringe os direitos humanos é ainda elevada (ver maiores detalhes na seção especial “A paz”).¹³

Segundo a ONU (2010b), os trabalhadores escravos no Brasil são em geral homens analfabetos entre 25 e 40 anos de idade, provenientes principalmente do Maranhão, Piauí e Tocantins. A maioria desses homens trabalha em fazendas de pecuária (38%), agricultura (25%) e na prática de desmatamento e extração de madeira (14%). Além desses, 3% atuam na produção de carvão (ONU, 2010b).

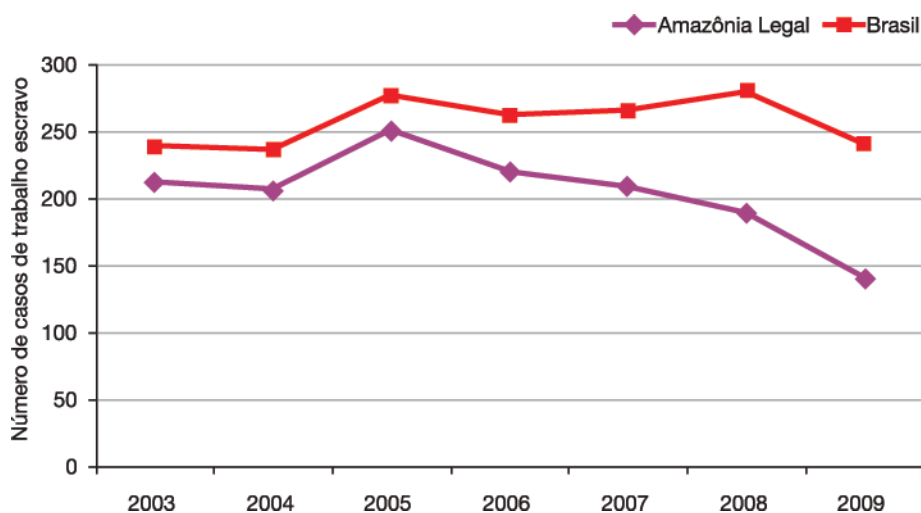


Figura 8. Número de casos de trabalho em condições análogas à de escravo na Amazônia entre 2003 e 2009 (CPT, 2010).

Além dos problemas crônicos de trabalho infantil e trabalho forçado, mais da metade da PEA amazônica trabalha no mercado informal sem os benefícios sociais garantidos (Figura 9). Entre 1992 e 2009, o grau de informalidade manteve-se em 60% na Amazônia. A população trabalhando na informalidade na região era maior que a média brasileira (49%).

Maranhão, Pará e Tocantins apresentavam o maior grau de informalidade; respectivamente, 73%, 69% e 67% da PEA trabalhava no mercado informal. Em 2008, 8% da PEA estava desempregada. Na última década, a taxa de desemprego manteve-se praticamente estável na Amazônia e com flutuação parecida à média nacional (Figura 10).

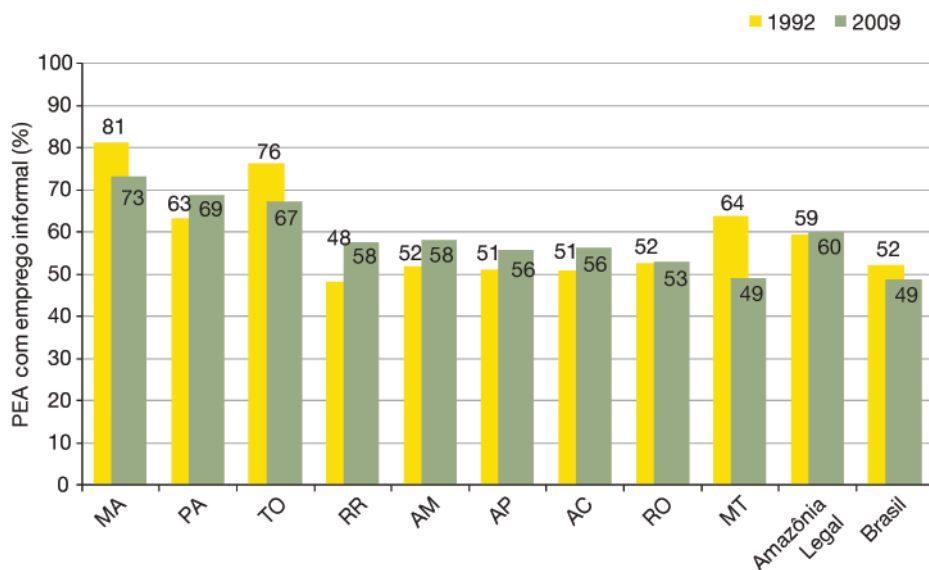


Figura 9. Percentual da PEA trabalhando no mercado informal em 1992 e 2009 nos Estados da Amazônia (Ipea, 2010c e IBGE, 2010c).

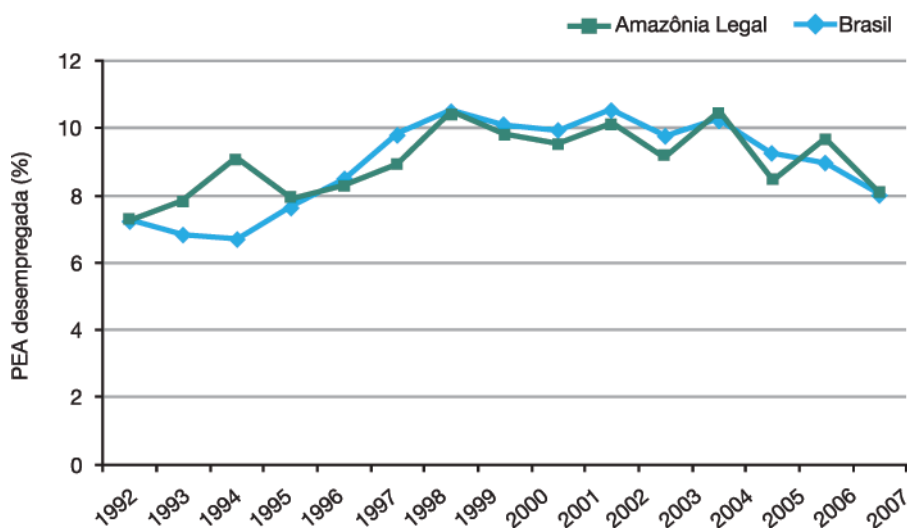


Figura 10. Taxa de desemprego na Amazônia entre 1992 e 2008 (Ipea, 2010c e IBGE, 2008b).

➤ DESNUTRIÇÃO INFANTIL DIMINUI DRASTICAMENTE, MAS INSUFICIÊNCIA ALIMENTAR PERSISTE

A meta 3 do ODM 1 prevê *reduzir pela metade, entre 1990 e 2015, a proporção da população que sofre fome*. A boa notícia é que o percentual de crianças desnutridas na Amazônia caiu consideravelmente nos últimos dez anos, passando de 11%, em 1999, para 2% em

2009 (Figura 11). Em 2009, os piores resultados ocorreram no Maranhão e no Acre, onde, respectivamente, 3,8% e 3,3% das crianças com menos de 2 anos estavam desnutridas. Para esse indicador, não há disparidade entre a Amazônia e a média brasileira.

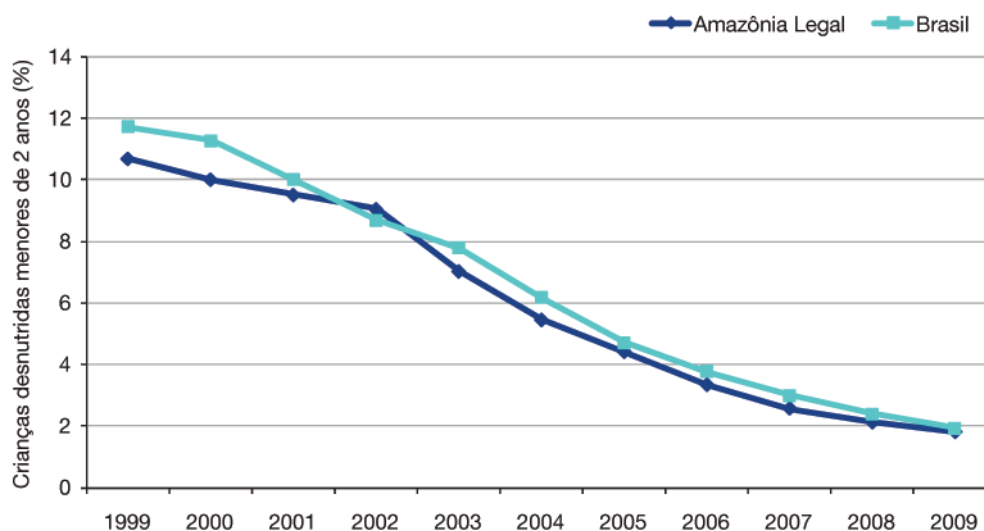


Figura 11. Percentual de crianças desnutridas menores de 2 anos na Amazônia entre 1999 e 2009 (MS, 2010b).

Os dados mais recentes sobre a alimentação do brasileiro são da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), do IBGE. Nessa pesquisa, a percepção sobre a quantidade de alimento consumida é indicada a partir de três graduações: (1) normalmente não é suficiente; (2) às vezes não é suficiente; e (3) é sempre suficiente. Na Amazônia, apenas 53% das famílias dispunham de uma alimentação sempre suficiente em 2009 (Figura 12) e 11% declararam ter falta de alimento constante. No Brasil, os resultados

médios são melhores: 65% da população com alimentação sempre suficiente. Menos da metade das famílias de Roraima, Pará, Amazonas, Tocantins e Maranhão declararam ter uma alimentação sempre suficiente.

Em 2004, outra pesquisa do IBGE mostrou que em 35% dos domicílios amazônicos havia insegurança alimentar média ou grave (IBGE, 2006a). Infelizmente, os dados de 2004 e 2009 não são comparáveis pela incompatibilidade nos métodos.

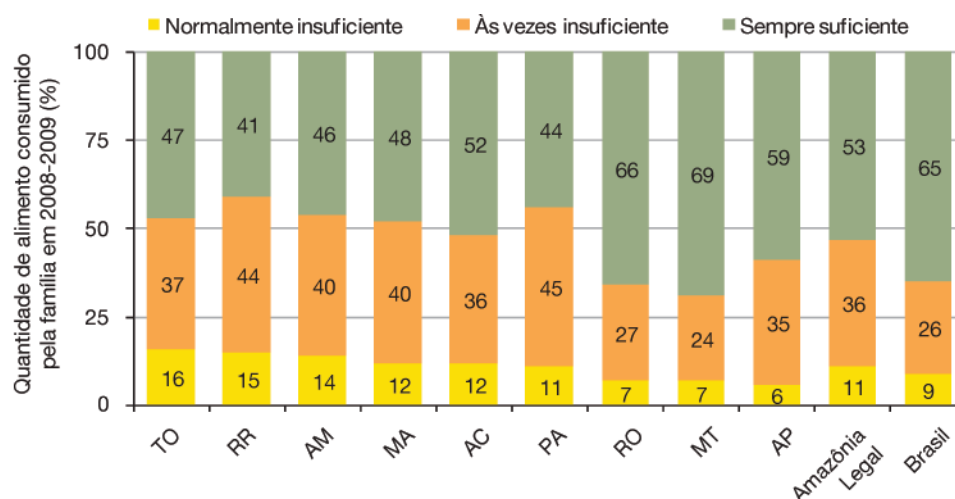


Figura 12. Percepção da quantidade de alimento consumido pelas famílias nos Estados da Amazônia no período 2008-2009 (IBGE, 2010d).

Quadro 3. Desigualdade e concentração de renda

Os indicadores de pobreza melhoraram no país. No entanto, o Brasil ainda apresenta muita desigualdade social. De fato, o Brasil está entre os dez países com maior desigualdade de renda do mundo. O Índice de Gini, usado mundialmente para medir desigualdade, foi 0,53¹⁴ em 2009 no Brasil e também na região amazônica (Ipea, 2010b). A desigualdade manteve-se estável na região desde 1990. O Acre apresentou a maior desigualdade da Amazônia (Índice de Gini = 0,61) e a segunda maior do Brasil, atrás apenas do Distrito Federal.

Outra maneira de visualizar o problema de desigualdade na região é comparar a participação na renda domiciliar total do 1% mais rico da população (241 mil pessoas) com a participação dos 50% mais pobres (12,3 milhões de pessoas). Em 2009, a fração 1% mais rica da população detinha 11,3% da renda domiciliar total da região (Ipea, 2010b), enquanto a fatia dos 50% mais pobres era um pouco maior (16,4%). Em 1990, a desigualdade medida pela participação dos mais ricos e mais pobres na renda domiciliar era similar a de 2009: a fração 1% mais rica da população detinha 10,7% da renda domiciliar total da região, enquanto a fatia dos 50% mais pobres detinha um pouco mais (15,1%).

Quadro 4. Outras medidas de pobreza e qualidade de vida

A qualidade de vida deve ser avaliada de forma multidimensional e não somente por indicadores econômicos. Por isso, diversos índices foram criados nas últimas décadas. O mais conhecido é o IDH, criado em 1990 e utilizado pela ONU desde então. É um índice que utiliza indicadores de educação, saúde e renda. Ele varia de 0 (pior) a 1 (melhor). Embora seja o mais utilizado mundialmente, possui periodicidade limitada no Brasil para os Estados e municípios. Os últimos dados do IDH para Amazônia são de 2000, quando a região apresentava um IDH de 0,705 (Celentano e Veríssimo, 2007b). Naquele ano, o IDH do Brasil foi de 0,766 e o país ocupava o 74º lugar no *ranking* mundial (Pnud, 2003). Em 2010, o Brasil ocupou o 73º lugar.

Em 2006, foi criado o IFDM no Brasil. O IFDM é semelhante ao IDH, mas utiliza um número maior de indicadores (três de emprego e renda, três de saúde e seis de educação)¹⁵ e apresenta dados municipais mais recentes (Firjan, 2008). O IFDM médio para a Amazônia em 2006 foi de 0,613, enquanto a média brasileira era de 0,670 (Firjan, 2006). Maranhão (0,572) e Pará (0,589) apresentaram os piores resultados, enquanto Mato Grosso (0,655) foi o melhor. Entre os municípios, 45% deles apresentaram IFDM menor que 0,5 (Figura 13).

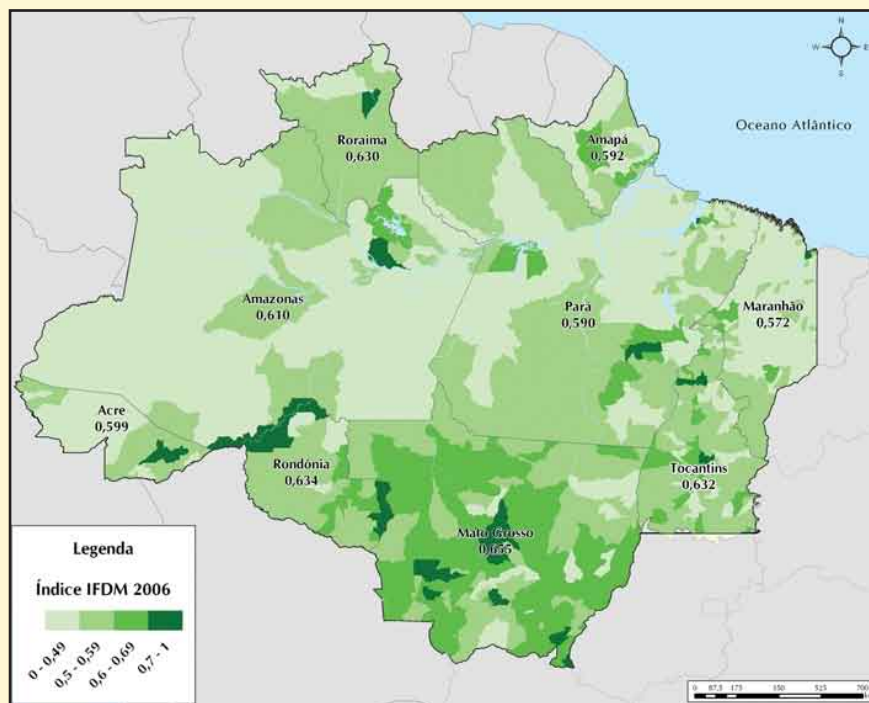


Figura 13. IFDM nos municípios da Amazônia em 2006 (Firjan, 2006).

Recentemente, o Pnud criou o IVH. Provável substituto do IDH, o IVH incorpora aspectos mais qualitativos do desenvolvimento, os quais refletem as expectativas, sonhos e ambições da população por meio de questionários (Pnud, 2010). Resultados preliminares para o Brasil indicam que o país tem um IVH de 0,59, enquanto a região Norte tem o pior IVH (0,50) do país (Pnud, 2010).¹⁶

OBJETIVO 1 - ERRADICAR A POBREZA E A FOME



Meta 1: Reduzir pela metade, entre 1990 e 2015, a proporção da população pobre.

- **Meta Brasil para 2015:** 10% da população vivendo em condição de pobreza extrema (um quarto do salário mínimo).
- **Amazônia em 2009:** 17% da população em condição de pobreza extrema.
- **Avaliação:** Mantida a atual taxa de redução, essa meta será atingida somente em 2030. O Mato Grosso já atingiu a meta. Maranhão é o Estado mais distante dessa meta.



Meta 2: Garantir emprego pleno e produtivo e boas condições de trabalho para todos.

- **Avaliação:** Embora metas quantitativas não sejam especificadas pela ONU, enquanto persistirem na Amazônia trabalho infantil e trabalho em condições análogas à de escravo, essa meta não poderá ser atingida. Além disso, a maioria dos trabalhadores da região atua no mercado informal sem ter assegurados os direitos sociais previstos em lei.



Meta 3: Reduzir pela metade, entre 1990 e 2015, a proporção da população que sofre fome.

- **Avaliação:** Meta não avaliada por incomparabilidade de dados entre os diferentes anos. Dados sobre a segurança alimentar e estado nutricional no Brasil estão disponíveis em diferentes métricas para a Amazônia. Em 2009, apenas 53% da população amazônica declarou ter alimentação sempre suficiente em suas mesas. A boa notícia é que a desnutrição infantil caiu drasticamente na região, atingindo apenas 2% das crianças.